

Dívida interna bruta chega a NCz\$ 538 bi em outubro

público

25 NOV 1990

Carlos Menéndez 10.7.89

O secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Gonçalves, informou ontem que, no mês de outubro, a dívida pública interna bruta da União alcançou NCz\$ 538 bilhões. Mesmo com a colocação líquida de títulos em dezembro para cobrir o déficit de caixa do Governo, o Tesouro fechará o ano com uma dívida de 15% do Produto Interno Bruto (PIB), o que está longe de representar uma herança traumática para o futuro presidente da República: até agosto, a dívida pública líquida interna era de NCz\$ 155 bilhões.

O ex-secretário do Tesouro Nacional, Andrea Sandro Calabi, considera um desastre a emissão líquida de títulos para cobrir despesas de custeio do Governo Federal e também qualificou de preocupante o crescimento real da dívida interna, equivalente a 4% do PIB, nos últimos dois anos. Mas observa que, se o próximo Presidente atacar com rigor as causas do déficit público, a dívida interna será perfeitamente administrável.

A proposta orçamentária para o próximo ano, em tramitação no Congresso Nacional, estima que os encargos financeiros da União atinjam 3,8 a 4% do PIB, sendo 2,2% da dívida interna e 1,8% da dívida externa.

A secretaria do Planejamento da Presidência da República já projeta um déficit público operacional de 0,4 a 0,6% do PIB em 1990, a partir do peso dos encargos financeiros da União, o que obrigará o futuro Governo a promover um choque fiscal para ampliar as receitas do Tesouro, sob pena de ter recursos apenas para pagar juros e o funcionalismo e não poder cobrir outras despesas de custeio e sequer cogitar de novos investimentos.

Mercado "nervoso"

O ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, André Lara Resende, diz ser "inegável o descon-



Gonçalves diz que a dívida interna "não é herança traumática"

forço do mercado", diante das propostas radicais de repúdio e redução compulsória da dívida interna ou mesmo de alongamento forçado dos prazos dos títulos federais. Lara Resende observa que o Banco Central já paga custo adicional na colocação de papéis do Tesouro, em razão justamente do "nervosismo criado por propostas equivocadas de gestão da dívida pública pelo próximo Governo".

Para o ex-diretor do Banco Central, a dívida interna "é perfeitamente manejável", se o futuro Governo recuperar o controle das políticas fiscal e monetária. Depois, caso o próximo presidente da República consiga estabilizar a economia, Lara Resende afirma que o próprio mercado sairá à busca de maior rentabilidade para suas aplicações, com o alongamento natural do perfil da poupança interna.

O secretário do Tesouro, Luiz Antônio Gonçalves, diz que, para acabar com o temor de que a dívida

interna é impagável, o próximo Governo já deve trabalhar com a meta de obtenção de superávit primário de caixa de 4% do PIB, acabando com a pressão dos encargos financeiros sobre o déficit público, através da implementação de "ampla reforma fiscal".

Com o ajuste fiscal, Gonçalves afirma que o Banco Central terá condições de recuperar a política monetária como instrumento de estabilização da economia. Lembra que o Banco Central precisa recriar os instrumentos clássicos de política monetária — recolhimento compulsório, redesconto de Liquidez e **open** — e acabar com os mecanismos artificiais de enxugamento da moeda, como os depósitos voluntários em moeda estrangeira ou do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE). No **open**, o secretário do Tesouro diz que o Banco Central não pode intervir para formar as taxas do mercado e tampouco financiar as carteiras das instituições intermediadoras.